

Índice Geral

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS	xv
1. UMA VISÃO DE CONJUNTO	1
1.1. Introdução	1
1.2. As instituições na perspectiva do Institucionalismo Económico.	4
1.3. A estrutura do livro	6
1.4. Como ler este livro?	9

PARTE I

Um quadro teórico para o estudo das instituições económicas e políticas

2. O PRISIONEIRO, O AMANTE E AS SEREIAS	13
2.1. O dilema do prisioneiro	13
2.2. O amante de Lady Chatterley.	17
2.3. Ulisses e as Sereias	22
Apêndice 2 O dilema do liberal paretiano	26
3. INSTITUIÇÕES: O QUE SÃO, PARA QUE SERVEM E QUE EFEITOS TÊM? ...	27
3.1. Restrições para estruturar interacções	27
3.2. Instituições para promover a cooperação	35
3.3. Facilitar a coordenação e evitar conflitos	39
3.4. Acerca do comportamento humano	46
3.5. A evolução das Instituições: capital social, confiança, governação e contratos. ..	57
4. INSTITUIÇÕES: PORQUE EXISTEM E COMO EVOLUEM?	61
4.1. Tipos de organizações	62
4.2. Direitos de propriedade, tragédia dos comuns e propriedade intelectual.	68
4.3. Contratos, custos de transacção económicos e políticos	77
4.4. Conclusão	90
5. AGÊNCIA, INFORMAÇÃO ASSIMÉTRICA E GOVERNAÇÃO.	91
5.1. A teoria da agência	91

5.2. O problema do risco moral	93
5.3. A selecção adversa	96
5.4. A forma clássica de combater os problemas	97
5.5. Agência e os problemas do Governo das Sociedades	98
5.6. A Governação em pequenas e médias organizações: a perspectiva baseada na reciprocidade e na confiança	100
5.7. Análise institucional comparada	102

PARTE II

Administração, grupos de interesse, rendas e regulação

6. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TEORIAS E REFORMAS	109
6.1. Introdução	109
6.2. Três níveis de análise: macro, meso e micro	110
6.3. A administração pública enquanto tipo ideal	114
6.4. Duas abordagens económicas da burocracia: Niskanen e Liebenstein	116
6.5. A “nova” gestão pública (NGP)	119
6.6. As administrações públicas em Portugal: caracterização e problemas	122
6.7. As reformas da administração pública	128
6.8. A “nova” gestão pública: o caso da contratualização com os hospitais-empresa	135
6.9. As reformas da administração pública: potencialidades e riscos	143
Apêndice 6.1 Alterações governamentais: 1900-2005	146
Apêndice 6.2 Governos e respectivas Leis-orgânicas (1974-2005)	150
Apêndice 6.3 O modelo de Niskanen	152
Apêndice 6.4 Benefícios e Custos Marginais da Avaliação e Monitorização no Sector Público e no Privado.	153
7. GRUPOS DE INTERESSE: PLURALISMO, CORPORATIVISMO E ACÇÃO COLECTIVA	155
7.1. Introdução	155
7.2. Grupo de interesse: conceito	156
7.3. Uma tipologia de grupos	160
7.4. Interesses e poder político: abordagens mais optimistas	165
7.5. Interesses e poder político: cepticismo e crítica	170
7.6. Conclusões	175
8. INTERESSES, REGULAÇÃO E O PROCESSO POLÍTICO	177
8.1. Introdução	177
8.2. Regulação e interesse público	177
8.3. Regulação e interesses privados	180
8.4. Interesses, grupos organizados e votantes	185
8.5. Interesses, grupos e políticas em Portugal	187

8.6. Como conceber melhores instituições reguladoras?	192
9. ORDENS PROFISSIONAIS: DO CORPORATIVISMO ESTATAL AO CORPORATIVISMO SOCIAL?	195
9.1. Introdução	195
9.2. As ordens profissionais em Portugal.....	196
9.3. As ordens profissionais e o problema da regulação	201
9.4. A procura de direitos de monopólio de representação	202
9.5. A oferta de direitos exclusivos de representação	209

PARTE III

Instituições, Escolhas Colectivas e Democracia

10. REGRAS E DECISÕES COLECTIVAS	215
10.1. Introdução	215
10.2. As consequências das regras	215
10.3. A escolha <i>das</i> regras: uma análise normativa	218
10.4. A escolha <i>sob</i> regras: o estádio “parlamentar”	222
10.5. Escolhas “espaciais”	225
10.6. Conclusão	231
11. MÉTODOS DE VOTAÇÃO, AGENDA E VOTO ESTRATÉGICO	233
11.1. Introdução	233
11.2. A “arte” da manipulação política	234
11.3. Métodos de votação para escolha de candidatos ou propostas	238
11.4. A troca de votos (<i>logrolling</i>) e o problema da <i>common pool</i>	246
11.5. A “arte” da deliberação pública e a escolha de instituições justas	255
12. REFERENDO, QUÓRUM E REPRESENTAÇÃO.	257
12.1. O problema do quórum	257
12.2. Da democracia directa	259
12.3. Da democracia representativa	264
12.4. Deveria o Tratado de Lisboa ter sido ratificado ou referendado?	268
12.5. Democracia directa, representativa, quórum e deliberação.	271
13. SISTEMAS ELEITORAIS: TIPOS, DIMENSÕES E CONSEQUÊNCIAS	273
13.1. Tipos de sistemas eleitorais	273
13.2. As dimensões do sistema eleitoral	277
13.3. A relação entre as várias dimensões	291
13.4. O sistema eleitoral português para a Assembleia da República	294
Apêndice 13 Indicadores de características de sistemas eleitorais	301
14. DEMOCRACIA, COMPETIÇÃO E DELIBERAÇÃO	303
14.1. As promessas não cumpridas	303

14.2. Democracia: competição pelo poder?	308
14.3. Democracia: participação e deliberação no “fórum”?	311
14.4. A convenção constitucional e as regras e instituições da democracia consti- tucional	317
14.5. O (des)equilíbrio de poderes e as autonomias regionais	323
14.6. Democracia a diferentes níveis de governo: a “regionalização administrativa”	326
14.7. Os Partidos Políticos	329
14.8. Instituições para um ideal democrático razoável	336
ANEXO – Uma entrevista com Mancur Olson	339
BIBLIOGRAFIA	349